

DIÁLOGOS AQUILOMBADOS: “encruzilhadas” epistêmicas entre o Projeto Jambuaçu na UFPA e o IQ-conhecimento resistência

CONVERSACIONES AQUILOMBADAS: “encrucijadas” epistémicas entre el Proyecto Jambuaçu de la UFPA y IQ-conocimiento y la resistencia

Elaine Cristina Melo Batista
ICED/UFPA

Mayra Quaresma do Espírito Santo
IFCH/UFPA

Luana Mesquita de Araújo
PPGSS/UFPA
Belém-Brasil

Resumo:

Este artigo propõe uma escrita compartilhada entre mulheres de diferentes lugares de fala e escrevivências, ecoadas pelo Projeto Jambuaçu e pelo Projeto IQ. Articulamos a escrevivência para uma escrita coletiva, cujas memórias quilombolas, a colaboração de mulheres de terreiro e o diálogo antropológico se interseccionam na escrita polifônica de experiências. Situamos em uma abordagem contra-colonial de (Bispo, 2007/2023), com vista aos caminhos para uma educação emancipatória, antirracista como basilar processo de transformação social, tal como Lélia Gonzaléz (2020), Bell Hooks (2013) coadunam em seus caminhos de reflexões. Neste rio e em seus afluentes de discussão, os Projetos se afirmam como espaços de possibilidades para aqueles que agenciam transformação social e política, em contexto amazônico desafiam as desigualdades e as estruturas de poder estabelecidas. Evidenciam, ainda, educação antirracista e o corpo-território como empoderamento que resgata o legado histórico e abre caminho para desobedecer, discrepar, insurgir.

Palavras-chave: Contra-colonialidade; resistência; mulheres quilombolas; Amazônia;

Resumen:

Este artículo propone una escritura compartida entre mujeres de diferentes lugares de enunciación y *escrevivencias*, resonadas por el Proyecto Jambuaçu y el Proyecto IQ. Articulamos la *escrevivencia* hacia una escritura colectiva, cuyas memorias quilombolas, la colaboración de mujeres de terreiro y el diálogo antropológico se interseccionan en la escritura polifónica de experiencias. Nos situamos en un enfoque decolonial (Bispo, 2007/2023), con vistas a los caminos hacia una educación emancipadora y antirracista como proceso fundamental de transformación social, tal como Lélia Gonzaléz (2020) y Bell Hooks (2013) coinciden en sus reflexiones. En este río y en sus afluentes de discusión, los proyectos se afirman como espacios de posibilidades para quienes gestionan la transformación social y política; en el contexto amazónico desafian las desigualdades y las estructuras de poder establecidas. Asimismo, evidencian la educación antirracista y el cuerpo-territorio como formas de empoderamiento que rescatan el legado histórico y abren camino para desobedecer, discrepar e insurgir.

Palabras clave: Contracolonialidad; resistencia; mujeres quilombolas; Amazonía

Agô⁴², primeiras palavras

A luta por uma educação antirracista, enunciada neste artigo, em todas as bases e esferas de conhecimento são refletidas nas epistemes de Lélia Gonzalez, que “se estamos comprometidos com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão” (Gonzalez, 2020, p.270). E neste patamar não esqueçamos que mulheres negras, quilombolas, indígenas têm sido protagonistas no movimento político em defesa dos seus territórios, nas periferias, nos quilombos, na educação, nos movimentos sindicais de base, nos terreiros, nas pajelanças, são as que salvaguardam suas ancestralidades.

Este artigo é a confluência das encruzilhadas epistemológicas, na qual reúne os diálogos compartilhados entre os locais de fala diversos como ponto de encontro para novas possibilidades epistêmicas e metodológicas. Neste ponto, o aquilombamento está para a confluência de experiências resistência, ancestralidades, do corpo e território como saberes moventes aqueles elementos vivenciais que subjazem os caminhos para uma educação transgressora. Por conseguinte, os diálogos aquilombados aqui propostos rompem os “porões” do conhecimento, e emergem na resistência e do repovoar à Universidade com as cores dos quilombos e diversidade.

Deste modo, reunimos nas primeiras seções, a apresentação do Projeto “Jambuaçu na UFPA”, a partir do local de fala das coordenadoras, que são quilombolas estudantes, que pensam a atuação do projeto para uma Universidade aquilombada; em seguida, apresentamos as confluências e o Programa IQ como um campo de escuta intercultural de escrita, leitura, oralidade, e sobretudo, enquanto lugar onde as afro-trajetórias, vozes, territorialidades falantes caminham nas vias da interlocução frente ao racismo institucional à brasileira que opera nos grandes centros de pesquisa.

Nestes diálogos aquilombados, o leitor encontrará a confluência entre campos e encruzilhadas epistêmicas: os pontos “riscados” da fala e da escuta. Nestes serão apresentados através das escrevivências das autoras deste artigo como corpo, ancestralidade, resistência são acionados como táticas para uma educação que subverte o racismo a partir de diferentes lugares. Logo, este artigo vem ilustrado e estruturado metodologicamente a partir das escrevivências como uma sistematização cunhada, a

⁴² Expressão em Yorubá comumente utilizada entre os povos de terreiro como pedido de licença, em reverência aos mais velhos, aos que nos antecederam.

priori, pelas mãos de Conceição Evaristo (2021) aborda o sentido das escrevivências. Para a autora, acionam saberes que permeiam e entrecruzam práticas pessoais, memórias, ancestralidade a partir de corpos periferizados e subjugados. Esta episteme muito contempla o nosso processo de escrita na busca de reafirmar e entrelaçar as vivências e ancestralidades.

Aliada a esta discussão, assinalamos que a “Educação intercultural pressupõe superar o individualismo, os velhos discursos, as estruturas excludentes e as posturas discriminatórias em prol de um trabalho cooperativo, colaborativo, reflexivo e dialógico.” (Munsberg; Silva, 2018, p.15). Entre os locais de falas confluentes, a juventude quilombola caminha com os seus arsenais de lutas, pensando a desconstrução de uma educação que rompe com as formas hierárquicas de conhecimento, e no devir ancestral do movimento de retorno para os seus territórios.

Memória do território, lutas, o lugar do Projeto Jambuaçu na UFPA nas escrevivências de Elaine Batista e Mayra Quaresma

“Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As novas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (BISPO, ANTÔNIO, 2023, p.102)

Nesta seção, dialogamos sobre a relevância do “Projeto Jambuaçu na UFPA” que está no seu segundo ano de atividade, e seguem coordenados por duas mulheres quilombolas, e que estamos atuantes nos movimentos políticos. Onde, sua finalidade está para além de possibilitar a entrada de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará através do Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombola. Assinalamos que todas as atividades desenvolvidas por este Projeto ocorrem no Território quilombola de Jambuaçu localizado no município de Moju- Pará.

O território quilombola de Jambuaçu abriga 14 comunidades hoje, e atravessa uma linha histórica com conflitos socioambientais e territoriais ocasionadas pelo avanço das “grandes” empresas. Apesar da linha árdua de enfrentamentos, é na comunidade quilombola de Conceição do Mirindeua que este Projeto se consolida e recria formas de resistência em busca de uma educação emancipatória.

Ressaltamos que, a entrada de povos quilombolas nas universidades remete ao fato de que eles construam seu conhecimento crítico de mundo e de sua realidade e somem-se ao movimento do retorno. No entanto, a educação quilombola atravessa

inúmeras controvérsias, haja vista a modalidade de educação que é imposta nos quilombos, viabilizada através do Sistema modular (SOME), cujos estudantes têm pouco ou nenhum contato com a gestão de disciplinas fundamentais para a educação básica. Além disso, os impactos culturais ocasionados nesta espécie de ensino é outro fator a ser considerado, uma vez que não há atenção para as diversidades presentes nos territórios, além do desconhecimento da realidade cultural das comunidades por parte da gestão pedagógica.

Por esse motivo, nós como quilombolas pensamos que o processo de alfabetização não deve ser pensado universalmente para todos. A nossa experiência dentro do nosso território, os saberes que temos aqui também podem ser usados para aproximar as crianças da leitura, letramento, da sua formação na escola como um todo. Não só utilizar materiais didáticos que na sua maioria vem do Sul, com textos e realidades daquela região sem compreender as nossas vivências, a nossa experiência. Se nossas crianças já têm essas experiências, porque não utilizar ou mesclar se apropriar da leitura, da escrita e assim plantar nelas um interesse pela leitura, uma vez que se lê aquilo que condiz com a nossa realidade? Deste modo, estamos enfatizando a valorização do conhecimento da nossa história, do nosso conhecimento, do nosso estilo de vida, da organização territorial e política.

Em contrapartida, enfrentamos um sistema modalizador vigente, sendo o Sistema De Organização Modular de Ensino (SOME) no qual se trata de uma política pública Educacional Estadual, com a finalidade de efetivar a continuidade das modalidades educacionais do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio em localidades nas interiorizações do Estado do Pará. Abrangendo, portanto, locais esses onde não existem escolas públicas que ofertam o ensino regular, ressaltamos, por conseguinte: os povos dos campos, águas e florestas.

Para a efetivação do SOME nesses locais, são estipuladas algumas demandas para o pleno funcionamento desse sistema, como: local para receber e alojar os docentes que irão ministrar as aulas, escolas com espaço físico para a realização das disciplinas, transporte escolar adequado e demanda para implementação. Nesse sentido, parte-se da solicitação da comunidade a ser beneficiada por este sistema, onde essa solicitação será analisada pela URE, e posteriormente, são exigidas a comprovação da necessidade de implementar na localidade a autorização por parte da Coordenação Estadual que articula o referido Programa.

Em se tratando da carga horária de professores estas se dão em 800 (oitocentas) horas em no mínimo duzentos dias letivos trabalhados. Entre outras especificações na dinâmica educacional pelo SOME como:

Art. 6º No Sistema de Organização Modular de Ensino, a carga horária anual mínima será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em pelo menos duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar. § 1º O ano letivo, no SOME, será composto de quatro módulos desenvolvidos em, no mínimo, cinquenta dias, para o desenvolvimento do conteúdo programático e aplicação de, no mínimo, duas avaliações em cada disciplina, excetuando-se o mês de julho e o período de recesso escolar definido no calendário escolar da Secretaria de Estado de Educação. § 2º Para alunos em dependência será ofertada no ano subsequente, a atividade curricular paralela ao período letivo correspondente. (PARÁ, 2014)

Ressaltamos que o contexto educacional, antes do SOME, em comunidades quilombolas recorrentemente impossibilitava os estudantes de concluir o ensino fundamental e os anos iniciais em duas realidades muito preocupantes, quais sejam: interromper os estudos, uma vez que não tinham escolas e nem ofertas próximas dos territórios. E na possibilidade de conseguir continuar os estudos, estes alunos tinham que se deslocar para cidades distantes, que eram os locais onde havia a ofertas das próximas etapas de ensino.

Esta conjuntura vivenciada por muitos quilombolas refletiam em jornadas e viagens mais longas, cansativas, em distâncias dispendiosas entre municípios, bem como o processo de abandono cedo do seio familiar, que para além de perder esse convívio familiar, eram obrigados a se afastar da sua terra, que têm historicidades e contrapõem territorialidades específicas. Em meio a esta conjuntura, o Sistema Modular de ensino surge na perspectiva de poder atender aos estudantes oriundos dos campos, águas, florestas e aldeias da Educação Básica Pública no Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

No entanto, este Programa não oferta com qualidade e equidade todas as disciplinas elencadas para a educação básica, ficando muito aquém das necessidades reais dos discentes, além de desconsiderar muitos fatores socioculturais dessas modalidades de ensino pelo sistema regular, em seus próprios territórios.

Entende-se que, se tratando da continuidade educacional desses sujeitos, esse sistema de ensino não possibilita que alunos de comunidades tradicionais possam adentrar nas universidades através do ENEM, pois admite-se que, o SOME é um programa com o objetivo de que esse público conclua apenas a educação básica dentro de seu território.

Tornando-se muito aquém das reais necessidades destes grupos pelo acesso à educação com equidade e qualidade, e do sentimento ancestral de retorno. Por esse motivo, nossos coletivos foram os principais responsáveis pela reivindicação da necessidade de haver processos de ações afirmativas, como justificativa reparatória para a entrada desses corpos nas IES's.

Do Projeto Jambuaçu na UFPA para uma Universidade aquilombada

O Projeto intitulado “Jambuaçu na UFPA” foi idealizado e construído por duas discentes quilombolas da UFPA, autoras deste artigo, que ingressaram na instituição através do PSE, e foi pensado por elas ao se depararem com a diminuição do número de inscritos para esse processo especial. Destacamos que um dos agentes nos quais corroboram para esses índices estão: medo de não conseguir o acesso refletidos na baixa adesão, desconhecer os programas oferecidos para os estudantes indígenas e quilombolas referente a assistências estudantis que auxiliam na permanência, além de outros projetos que contribuem na trajetória acadêmica como o Projeto IQ, as associações de estudantes como a APYEUFPA (Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará) e a ADQ (Associação de Discentes Quilombolas da UFPA).

Portanto, esse processo de ingressos de sujeitos de território é uma forma de que quilombolas e indígenas busquem formação para mudar as configurações sociais impostas hegemonicamente, assim como aplicar e socializar seus conhecimentos científicos com e para os seus em seus territórios, no intento de que sejam também produtores de ciências e possam atuar nas suas áreas de conhecimento serviços dentro das suas comunidades, quais sejam: na área da saúde, das ciências, nas exatas, e demais ramos.

Figura 01: Projeto Jambuaçu na UFPA



Fonte: Araujo, Luana. Diário de campo, 2024.

A entrada na Universidade também é uma ferramenta de luta, uma vez que ao fazermos essas trocas de saberes, quilombolas estudantes alcançam e tem a possibilidade de transgredir lugares histórico-socialmente relegados, além da compreensão mordaz de que nossos territórios estão imersos em jogos de poder, especialmente em contextos amazônicos cujas empresas constantemente tentam adentrar nas nossas matas para usurpar as riquezas naturais e das quais conservamos nossa biodiversidade.

A entrada na Universidade é uma possibilidade de que o acesso a educação, somadas as nossas vivências e os nossos corpos, nos colocamos criticamente como protagonistas nessas lutas, de tal forma que combatemos a burguesia na qual violenta nossos territórios com objetivo de usufruir, usurpar de nossas riquezas, pelo viés do roubo, da “morte” e assim, aumentar o giro do capital nas Amazônias.

Figura 02: Projeto Jambuaçu na UFPA



Fonte: Araujo, Luana. Diário de campo, 2024.

O Projeto Jambuaçu na UFPA confluí com a participação nos espaços polifônicos em que quilombolas se encontram reafirmando suas lutas ancestrais como corpos políticos de saberes epistêmicos, sumariamente povos quilombolas enfrentam desafios singulares, como a luta pela preservação de suas terras ancestrais, o combate ao racismo e ao sexism, e a busca pela equidade e o direito de (re) existir.

Entendendo também que o projeto tem como objetivo de possibilitar corpos quilombolas para além de uma formação acadêmica na busca de capacitar para o “mercado” mas, também resgatar o que nos foi roubado, e evidenciar que somos sujeitos críticos, históricos e também produtores de ciência. Uma vez que, tanto o território e seus sujeitos historicamente são colocados somente como objetos de estudos e por isso nossa presença transcende esta imposição colonial sobre nossos corpos, e cada vez mais nos

articulamos para ocupar os espaços de poder, de produção e acesso ao meio e conhecimento científico. Somos capazes de produzir ciência, pois sabemos que além de pesquisar esses territórios e historicidades, estamos imersos, nós cientistas vivemos e respiramos nesses lugares.

O Projeto IQ enquanto campo de escuta de quilombolas e indígenas estudantes na Universidade⁴³

A pedagogia de Exu dialoga com a utilização de estratégias pedagógicas interculturais e decoloniais, pois em Exu (Junior, 2017) experienciamos o educar para resistir. Logo, tal como Exu que centraliza a sua dinâmica e se apresenta a partir da cosmogênese yorubana como o senhor das encruzilhadas, “e da boca que come tudo”⁴⁴, usufruimos desta orientação pedagógica com o propósito de nos alimentarmos de diferentes estratégias de resistência para alcançar a suma educação antirracista, e por lutarmos pelas presenças dos nossos espaços de poder. Nesse sentido, os “acaçás”⁴⁵ que servem as encruzilhadas do conhecimento nesta sociedade são os alimentos para reinventarmos outras formas de resistência, e a educação é uma delas.

A atuação do Programa IQ, a partir das minhas escrevivências enquanto mulher de terreiro, assistente social, professora e hoje mestranda priorizou em seu “ponto riscado” o campo de escuta, a licença que me fez compreender, aos que trazem suas ancestralidades de terreiros, bem sabemos que o lugar da escuta é “patuá” de gente grande. Nestes diálogos aquilombados, ressignifico este saber ancestral que me foi ensinado desde a minha infância pelos mais velhos para ressaltar que este “patuá” me acompanhou enquanto metodologia viva deste Programa ao apresentar-se como aliado as lutas dos grupos marginalizados secularmente. O ponto da escuta na esfera de atuação deste Projeto é aliado às experiências nas quais envolvem a luta contra as imposições coloniais aos corpos das mulheres, aos territórios e no real significado por uma transformação política antirracista e anticapitalista de fato.

Em seus anos de atuação, o Programa IQ somou-se à mobilização de quilombolas e indígenas estudantes na busca por uma Universidade aquilombada, e que incorporasse as reais pautas da equidade e de iniciativas comunitárias e coletivas destes grupos. Seja

⁴³ uma escrita a partir do campo de escuta enquanto mulher de terreiro, assistente social e professora.

⁴⁴ saber ancestral comumente repassado através da oralidade dos mais velhos aos mais novos entre os povos de terreiros de diferentes nações.

⁴⁵ Oferenda africana servida a todos os Orixás.

por meio de diferentes eixos de atuação, na minha escrevivência enquanto extensionista, o eixo de apoio pedagógico e assessoria a estes grupos apresenta-se como um lugar vinculado às afro-trajetórias, vozes, territorialidades falantes. Além disso, assinalo o quanto a atuação do programa tem caminhado em contrapartida ao racismo institucional.

Figura 03: Registro Oficina de Extensão Gêneros Escritos na Academia: Elaboração de Resumos e Resenhas", 2019



Fonte: Arquivo do Programa IQ- Conhecimento e Resistência,2019.

Durante os cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Pará, este Programa acompanhou os enfrentamentos de quilombolas e indígenas estudantes nas inúmeras intempéries impostas, que vão desde o ingresso à permanência atreladas: às questões financeiras, às dificuldades com relação a práticas pedagógicas conservadoras, e, sobretudo, ao estigma e ao racismo institucional vivenciado pelos discentes, cotidianamente, em sala de aula. Somada a esta conjuntura, há a ausência de uma política educacional e linguística que alicerce a formação sócio discursiva desses alunos de comunidades tradicionais.

Estes apontamentos vêm sendo reivindicado pelos discentes de comunidades tradicionais, os quais denunciam, inclusive por meio dos seus coletivos ADQ (Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA) e APYEUFPA (Associação dos povos indígenas da UFPA) que a política de cotas apesar de possibilitar a entrada não acionam ou melhor resolvem as intempéries recorrentes na permanência.

Em um país que suas formas de governo pelas relações de poder e subjugação de corpos, a presença de sujeitos historicamente e socialmente oprimidos e excluídos nestes espaços é a possibilidade real e viva de contrapor a política colonialista de que quilombolas e indígenas não devem estar nas Universidades. Afinal, é de praxe que “Física ou culturalmente, os povos racializados morrem de modo coletivo e em espaços-tempos da vida cotidiana, que normaliza seu desaparecimento paulatino” (Sofia Zaragocin, 2023, p. 88) Neste tempo de atuação do Programa IQ pude experienciar que o “retornar” para as comunidades após a formação se configura como uma das principais pautas da organização estudantil de indígenas e quilombolas na Universidade Federal do Pará.

Enfatizo que esta esfera de atuação do IQ em todas as suas dimensões contempla um campo de escuta embasado na defesa e pensar os direitos humanos na Amazônia. Por estar vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, o Projeto IQ, como é chamado pelos discentes, abrigou e acompanhou as trajetórias destes discentes sempre em confluência com outros campos de atuação, e o Serviço Social é um deles. Nesta minha escrevivência, enfatizo as contribuições profundas que o Programa IQ em seu campo de escuta solidifica para uma atuação e formação profissional compromissada com a defesa dos direitos humanos destes quilombolas e indígenas estudantes em contextos amazônicos.

Através do ponto da escuta enquanto patuá ancestral, somos conduzidos a categorias que, embora muitas vezes consideradas marginais ou latentes nos moldes da Academia, revelam no âmbito deste Programa a potência dos corpos-territórios. Essa escuta nos possibilita interlocuções com noções como etnia, etnicidade, território e cosmologia, além de promover imersões críticas sobre identidade, assimilacionismo, integracionismo, autonomia e autodeterminação. Nesse processo, desconstroem-se estereótipos persistentes, como o do indígena “desaldeado” e o do quilombola visto como sujeito que necessita de tutela ou de alguém que fale em seu lugar.

Neste lugar de percepção, que não nos cabe o local de fala enquanto grupo etnicamente diferenciado, parte das ações vivenciadas no eixo dos circuitos formativos pedagógicos e nos espaços de interlocução com estes coletivos estudantis, apreendemos que o dialogismo existente entre língua-cultura ecoam as pluralidades, e que sobretudo, em contexto educacional devem ser priorizadas. A resistência tão ecoada nos locais de fala por estes grupos não pode ser reduzida a um debate trivial, mas deve ser encarado

como estratégia, um saber ancestral de base contra as violências que se materializam em seus corpos-territórios.

Entre o “aquilombar”, “aquilombamentos” e “(Re)existência” na Amazônia: transgredindo a Universidade enquanto campo colonial de disputas

A presença dos movimentos quilombolas e indígenas na Universidade tensionam as fissuras nas superestruturas, e nos permite compreender como e por que estes grupos precisam estar reafirmando a potencialidade de seus corpos, e saberes ancestrais em campos de disputas. Nas Universidades, reiteramos que esses coletivos externam as mulheres como porta-vozes, são elas que estão como protagonistas contra as formas de violências racistas, patriarcas, coloniais, capitalistas arraigadas nos seus territórios e nas Universidades. Um protagonismo que não é novo, e que desde os princípios de suas organizações, a ancestralidade como movimentação política conflui, dos saberes cotidianos e intergeracionais que sobrepõe e amálgama o corpo na luta.

O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. As bases fundamentais para essa defesa são as vozes, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas põem sobre a mesa quando sentem que a sua vida, seu trabalho, seus conhecimentos e seus espaços são ameaçados. (Hernández, Delmy, 2023, p.83)

Nesse sentido, o educar para transpor reflete nos saberes daquelas que alimentam as encruzilhadas de suas jornadas para transgredir a “ordem”. Nestes diálogos aquilombados entre o Projeto Jambuaçu na UFPA e o IQ-Conhecimento e Resistência, compreendemos entre os “pontos riscados” da fala e da escuta, a intersecção de que mulheres quilombolas assumem um papel primordial no que se refere à luta por equidade de gênero, educação, étnico-racial e direito à vida nas Amazôncias. Mais que isso, são mulheres negras, as indígenas que mantêm vivas suas ancestralidades esbravejam, ou seja, elas acionam suas estratégias de luta com base na ancestralidade, reafirmam o “corpo e território” vozes que ecoam secularmente uma subversão anticolonial.

Esta abordagem foge da epistemologia que a linearidade do território, a qual contempla os portes e dimensões físicas de apropriação da terra, mas que sua representatividade está engendrada nos corpos ancestrais que vão representar histórica e socialmente um povo/etnia. A dimensão significativa de que corpo é território, aspecto basilar na luta dessas mulheres, sobretudo, ultrapassa os limites da geografia e dialoga intrinsecamente com as epistemologias contra coloniais.

As interlocuções com o Projeto Jambuaçu na UFPA reverberam no “movimento de retorno” um movimento de “transfluência”, tal como conceitua Bispo (2023, p. 49) “O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui, e transflui”. E nestes meandros da Universidade como campo colonial de disputas, confluir entre e com os coletivos é imergir nas diferentes formas político-ideológicas de resistência negra e indígena.

Este movimento de “transfluência” dialoga com as pesquisas de Páscoa Sousa (2022) quilombola pesquisadora atuante nos movimentos políticos de seu território e que apresenta a categoria do “aquilombar”, “aquilombamento” como política de identidade. Logo, a apresentação do “transfluir” pensada por Santos (2023) não deixa de confluir com a categoria do quilombo como um movimento que transcende e não é estático. Ou seja,

Percebo os aquilombamentos, no presente, imbricados em agências malungas. observo, ademais, que tais agenciamentos manifestam-se mais nitidamente nos confrontos com atores antagônicos, seja nos quilombos (conflitos internos), seja fora dali (conflitos externos). no primeiro caso, enfrentamos e negociamos com familiares e vizinh@s e, no segundo caso, confrontamos o estado e a sociedade, sendo comum que isso ocorra concomitantemente, nos dando a dimensão do significado complexo do ser mulher malunga quilombola. mas, consideramos que nossos passos vem de muito longe! (Sousa, 2022, p.8)

Esta tática política muito bem pontuada pelo autora é retomada por Lélia González (2020) ao explicar que a insurreição de Palmares é rememorada pela estratégia e insurgência das mulheres. A autora, portanto, eleva o patamar de lutas de Dandara e Luísa Mahim a expoente representatividade de Palmares e a história de Zumbi no âmago da história. Posto isso, refletimos na história de Aqualtune (princesa congolesa escravizada no Brasil e líder quilombola à frente de um dos 11 mocambos), Teresa Benguela (líder quilombola Quilombo do Piolho), Zeferina (Revolta do Quilombo do Urubu), Maria Felipa de Oliveira (símbolo da independência da Bahia)- e tantas mulheres que lideraram revoltas e entoaram memórias expoentes nas lutas e resistências do que se constituía até aquele momento como quilombo.

A ascensão destas mulheres enquanto líderes dos seus quilombos reafirma o fato de que a continuidade do grupo e historicidade ao longo do tempo demarcam quanto as afro-trajetórias nos revelam um lugar marcado por uma resistência secular protagonizada por mulheres. Tal como o agenciamento político de Aqualtune, importante figura associada a representatividade de zumbi dos Palmares, sua memória por conseguinte, é lembrada como a rainha ginga que deu ascensão a prole de um dos maiores líderes de

quilombos, representados fielmente nos livros de histórias. Ora, Lélia González é uma dessas autoras que revela o fato da memória de Zumbi ser perpetuada pela tática política de grandes mulheres como foi Aqualtune

Ora, podemos compreender que a mulher negra tem sido um quilombola desde os tempos nefastos coloniais, porque quilombola e aquilombar tem sido uma estratégia política há um longo período na história. Na contemporaneidade, a articulação do Projeto Jambuaçu na UFPA muito reflete este passado-presente de resistências através do aquilombamento, e o Projeto IQ se soma a esta mobilização ao transfluir com o projeto de transformação social e política por uma universidade aquilombada defendida por estes grupos.

Considerações nada finais

Este artigo trouxe as experiências a partir das escrevivências no qual vem ilustrado e estruturado metodologicamente a partir da compreensão e expressão das diferentes possibilidades de pesquisa, a saber: as encruzilhadas epistemológicas entre os “pontos de fala e de escuta”. As escrevivências a partir de duas mulheres negras quilombolas apresentam o Projeto Jambuaçu na UFPA na confluência de um movimento transgressor ancestral em diálogo com as vivências de uma mulher de terreiro, negra e periférica em atuação como extensionista, assistente social e professora em consonância com a coordenadora do Projeto IQ, e suas imersões com a Antropologia.

Nestes diálogos aquilombados, as autoras do Projeto Jambuaçu na UFPA apresentam este movimento como uma devolutiva para o Território quilombola de Jambuaçu, pois implementar uma iniciativa coordenada por mulheres, pautada na preparação e acompanhamento, e que oportunize a entrada de outros quilombolas nesses espaços acadêmicos e de poder, trata-se, sobretudo, de fortalecer o território. Além da emancipação, por meio do fortalecimento das estratégias de luta em interlocução com as próprias consciências críticas e leituras de realidades. Ao mesmo tempo, estar na Universidade é enveredar contra as correntes epistemológicas impostas pela elite intelectual e suas práticas colonialistas e liberais, no qual enxergam os povos quilombolas e indígenas como aqueles que não são produtores de ciência, e sim, engrenagens para a alimentação de capital.

As escrevivências aqui desenhadas, tal como orientadas teoricamente pelas mãos de Conceição Evaristo, acionam saberes que permeiam e entrecruzam práticas pessoais,

memórias, ancestralidade a partir de corpos periferizados e subjugados. Ou seja, esta metodologia elucida e reafirma as escritas periféricas de resistência em contraponto a “casa grande”. Centraliza-se como uma metodologia que pode ser experienciada por outros grupos sociais e campos epistemológicos de saberes diversos. Esta episteme muito contempla o nosso processo de escrita na busca de reafirmar e entrelaçar as vivências e ancestralidades entre os campos de fala e da escuta em “desobediência” acadêmica de pensar, sentir, produzir conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

- BENTES, Nilma. **Aspectos da trajetória da população negra no Pará:** aspectos Relevantes. Belém: UFPA, GEAM, 2013. 128p.: il.
- BISPO, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** Ubu editora/PISEAGRAMA, 2023.
- CAVALCANTE, Y. O. R.; SAMPAIO, P. M.. Histórias de Joaquinhas: mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). **Afro-Ásia**, n. 46, p. 97–120, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21263>. Acesso em 13 jun 2023.
- COSTA, D. M. Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 71–91, 2016. DOI: 10.31239/vtg.v10i1.10568. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11813>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- CASTRO, Roberta Rowsy Amorim de; OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de. Os termos “populações” e “comunidades” tradicionais e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico. **Mundo amazônico**, Colômbia , V, n1-2, p.47-10, 2016.
- EVARISTO, Conceição – **A escrevivência serve também para as pessoas pensarem.** Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serves-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em 07 de abril de 2021.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). São Paulo, Zahar, 2020.
- HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Mulheres, corpos e territórios: entre a defesa e a despossessão. **orpos, territórios e feminismos:** compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Elefante,2023. p. 85-117, 400p.

JUNIOR, Luiz Rufino Rodrigues. Pedagogia das encruzilhadas. **Periferia**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018. DOI: 10.12957/periferia.2018.31504. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/31504>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em 19 de mai 2023.

MODESTO, Rogério. “Terreiro” e “macumba”: tensões de raça e classe nas ordens das significações, **Revista Porto das Letras**, vol. 06, no. 5, 2020.

MUNSBERG, João Alberto Steffen; SILVA, Gilberto Ferreira. Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 1, p. 140-154, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9175>. Acesso em 20 de jan 2022.

PARÁ. Lei 7.806, de 29 de abril de 2014. **Diário Oficial do Estado do Pará**, DOE nº 32.632, Belém, PA, 30 de abr. 2014

PONSO, Letícia Cao. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trab. Ling. Aplic. Campinas**, n(57.3): 1512- 1533, set./dez. 2018.

SOUSA, M. P. S. de. Re-existências malungas: agência sociopolítica de mulheres quilombolas no Marajó. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 15-29, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p15-29>

SANTOS, Antônio Bispo. Quilombos, Modos e Significados. Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007

ZARAGOCIN, Sofia. A geopolítica do útero: por uma geopolítica feminista decolonial em espaços de morte lenta. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz et al. **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Elefante,2023. p. 85-117, 400p.

SOBRE AS AUTORAS:

Elaine Cristina Melo Batista -

Mulher preta, quilombola, mãe solo, militante do movimento estudantil movimento correnteza, do coletivo de mães universitárias pela permanência. Discente do Curso de Pedagogia da UFPA, ingressa pelo PSE I/Q. Coordenadora do projeto Jambuaçu na UFPA, coordenadora de comunicação social da associação da Acrequicim - Associação comunitária remanescente de quilombo Conceição do Igarapé Mirindeua- Território quilombola de Jambuaçu.

E-mail: elaine.melo.batista@iced.ufpa.br

Mayra Quaresma do Espírito Santo

Militante do movimento negro, quilombola e feminista. Graduada em Bacharelado em Psicologia pela UFPA, ingressa pelo PSE/IQ. Coordenadora do Projeto “Jambuaçu na UFPA”, tutora de psicologia pelo instituto de ciências humanas (IFCH-UFPA).

E-mail: mayraquaresma15@gmail.com

Luana Mesquita de Araújo

Mulher negra de terreiro, Vodunsi iniciada no Tambor de Mina de raiz maranhense, da periferia. Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da UFPA.

Assistente social e Professora de Língua Portuguesa e Literatura, membra do Coletivo Negritude em Movimento. Membra do Programa IQ- Conhecimento e Resistência e do Grupo de Pesquisas Interfaces: relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios Amazônicos.

E-mail: luanamesquitaseso.icsa@gmail.com

Recebido: 17/06/2024

Aprovado: 29/08/2024